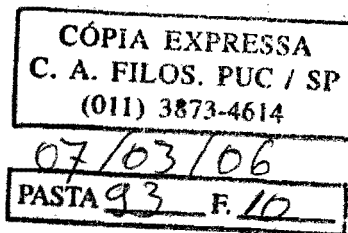


TEXTOS BÁSICOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretor:

OTÁVIO GUILHERME VELHO



O FENÔMENO URBANO

Organização e Introdução de

OTÁVIO GUILHERME VELHO

2.^a edição

ZAHAR EDITORES

RIO DE JANEIRO

capa de
ÉRICO

1973

Direitos para a língua portuguesa adquiridos por
ZAHAR EDITORES
Rua México, 31 — Rio de Janeiro
que se reservam a propriedade desta tradução

Impresso no Brasil

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
A METRÓPOLE E A VIDA MENTAL — GEORG SIMMEL Tradução de SÉRGIO MARQUES DOS REIS	11
A CIDADE: SUGESTÕES PARA A INVESTIGAÇÃO DO COMPORTAMENTO HUMANO NO MEIO URBANO — ROBERT EZRA PARK Tradução de SÉRGIO MAGALHÃES SANTEIRO	26
CONCEITO E CATEGORIAS DA CIDADE — MAX WEBER Tradução de ANTÔNIO CARLOS PINTO PEIXOTO ...	68
O URBANISMO COMO MODO DE VIDA — LOUIS WIRTH Tradução de MARINA CORRÊA TREUHERZ	90
A ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO MEIO URBANO — PAUL-HENRY CHOMBART DE LAUWE Tradução de MOACIR PALMEIRA	114

cidades enquanto representação do universo pelo homem e mediação na integração do homem nesse universo,³ ou as de autores que buscam outras “variáveis” para servir de fio condutor no estudo da cidade.⁴

Todos esses estudiosos, entretanto, aceitem ou não o urbano como categoria explicativa básica, estão de acordo quanto a sua enorme importância, mormente na época atual. Isso porque, mesmo no caso desses últimos, a cidade sempre é considerada como o *locus* de convergência das grandes correntes e interesses econômicos, políticos e ideológicos. E se anteriormente à Revolução Industrial tal se dava sobretudo como instrumento do poder social por excelência que ainda residia no campo e que imprimia profundamente sua marca sobre a própria cidade, com a Revolução Industrial desloca-se efetivamente o centro real do poder, o que inverte a tendência básica, fazendo com que o “modo de vida urbano” — e mais ainda o “metropolitano” — levado pela técnica moderna, pelos meios de comunicação e de transporte, vá tendendo a permeiar cada vez mais todos os níveis da vida social nos mais remotos rincões do globo. Assim, mesmo aqueles que não aceitam a primazia explicativa do urbano como tal concordam com a importância da categoria inclusiva de sociedade *urbano-industrial*, em que o “industrial” permite ao “urbano” atuar todas as suas virtualidades, em oposição à sociedade agrária tradicional, em que ocorre o inverso. Para o estudo da cidade isso implica que se abandone a caracterização “abstrata” do urbano e que, descendo mais ao concreto e ao histórico, aceite-se, como ponto de partida, uma distinção básica entre cidades inseridas em sistemas pré-industriais e industriais, e em todas as suas variantes organizacionais.⁵

Por fim, queremos alertar o leitor para o fato de que os artigos estão apresentados em ordem cronológica, o que não deixa, como todo critério, de ser até certo ponto arbitrário. Outra solução possível, e que pode ser adotada pelo leitor em termos de leitura, seria começar pelos dois clássicos europeus (Simmel e Weber), passando depois pelos norte-americanos (Park e Wirth) e terminando com Chombart de Lauwe, autor contemporâneo. O leitor menos familiarizado com as Ciências Sociais pode preferir, no entanto, seguir o caminho inverso.

OTÁVIO GUILHERME VELHO

³ Ver Leroi-Gourhan, André, *Le Gest et la Parole*, Ed. Albin Michel, 1965, cap. XIII, “Les symboles de la société”.

⁴ Ver Sjöberg, Gideon, *The Preindustrial City; Past and Present*, The Free Press, Glencoe, Illinois, 1960, esp. “Introduction”.

A METRÓPOLE E A VIDA MENTAL *

GEORG SIMMEL

Tradução de SÉRGIO MARQUES DOS REIS

Os problemas mais graves da vida moderna derivam da reivindicação que faz o indivíduo de preservar a autonomia e individualidade de sua existência em face das esmagadoras forças sociais, da herança histórica, da cultura externa e da técnica de vida. A luta que o homem primitivo tem de travar com a natureza pela sua existência *física* alcança sob esta forma moderna sua transformação mais recente. O século XVIII conclamou o homem a que se libertasse de todas as dependências históricas quanto ao Estado e à religião, à moral e à economia. A natureza do homem, originalmente boa e comum a todos, devia desenvolver-se sem peias. Juntamente com maior liberdade, o século XVIII exigiu a especialização funcional do homem e seu trabalho; essa especialização torna um indivíduo incomparável a outro e cada um deles indispensável na medida mais alta possível. Entretanto, esta mesma especialização torna cada homem proporcionalmente mais dependente de forma direta das atividades suplementares de todos os outros. Nietzsche vê o pleno desenvolvimento do indivíduo condicionado pela mais impiedosa luta de indivíduos; o socialismo acredita na supressão de toda competição pela mesma razão. Seja como for, em todas estas posições, a mesma motivação básica está agindo: a pessoa resiste a ser nivelada e uniformizada por um mecanismo sociotecnológico. Uma investigação que penetre no significado íntimo da vida especifica-

* Traduzido de “The Metropolis and Mental Life”, *The Sociology of Georg Simmel*, traduzido e editado por Kurt H. Wolff — The Free Press, Glencoe, Illinois, 1950. Copyright © by The University of Chicago Press. Publicado pela primeira vez em 1902.

mente moderna e seus produtos, que penetre na alma do corpo cultural, por assim dizer, deve buscar resolver a equação que estruturas como a metrópole dispõem entre os conteúdos individual e superindividual da vida. Tal investigação deve responder à pergunta de como a personalidade se acomoda nos ajustamentos às forças externas. Esta será minha tarefa de hoje.

A base psicológica do tipo metropolitano de individualidade consiste na *intensificação dos estímulos nervosos*, que resulta da alteração brusca e ininterrupta entre estímulos exteriores e interiores. O homem é uma criatura que procede a diferenciações. Sua mente é estimulada pela diferença entre a impressão de um dado momento e a que a precedeu. Impressões duradouras, impressões que diferem apenas ligeiramente uma da outra, impressões que assumem um curso regular e habitual e exibem contrastes regulares e habituais — todas essas formas de impressão gastam, por assim dizer, menos consciência do que a rápida convergência de imagens em mudança, a descontinuidade aguda contida na apreensão com uma única vista de olhos e o inesperado de impressões súbitas. Tais são as condições psicológicas que a metrópole cria. Com cada atravessar de rua, como o ritmo e a multiplicidade da vida econômica, ocupacional e social, a cidade faz um contraste profundo com a vida de cidade pequena e a vida rural no que se refere aos fundamentos sensoriais da vida psíquica. A metrópole extrai do homem, enquanto criatura que procede a discriminações, uma quantidade de consciência diferente da que a vida rural extrai. Nesta, o ritmo da vida e do conjunto sensorial de imagens mentais flui mais lentamente, de modo mais habitual e mais uniforme. É precisamente nesta conexão que o caráter sofisticado da vida psíquica metropolitana se torna compreensível — enquanto oposição à vida de pequena cidade, que descansa mais sobre relacionamentos profundamente sentidos e emocionais. Estes últimos se enraízam nas camadas mais inconscientes do psiquismo e crescem sem grande dificuldade ao ritmo constante da aquisição ininterrupta de hábitos. O intelecto, entretanto, se situa nas camadas transparentes, conscientes, mais altas do psiquismo; é a mais adaptável de nossas forças interiores. Para acomodar-se à mudança e ao contraste de fenômenos, o intelecto não exige qualquer choque ou transtorno interior; ao passo que é somente através de tais transtornos que a mente mais conservadora se poderia acomodar ao ritmo metropolitano de acontecimentos. Assim, o tipo metropolitano de homem — que, naturalmente, existe em mil variantes individuais — desenvolve um órgão que o pro-

tege das correntes e discrepâncias ameaçadoras de sua ambientação externa, as quais, do contrário, o desenraizariam. Ele reage com a cabeça, ao invés de com o coração. Nisto, uma conscientização crescente vai assumindo a prerrogativa do psíquico. A vida metropolitana, assim, implica uma consciência elevada e uma predominância da inteligência no homem metropolitano. A reação aos fenômenos metropolitanos é transferida àquele órgão que é menos sensível e bastante afastado da zona mais profunda da personalidade. A intelectualidade, assim, se destina a preservar a vida subjetiva contra o poder avassalador da vida metropolitana. E a intelectualidade se ramifica em muitas direções e se integra com numerosos fenômenos discretos.

A metrópole sempre foi a sede da economia monetária. Nela, a multiplicidade e concentração da troca econômica dão uma importância aos meios de troca que a fragilidade do comércio rural não teria permitido. A economia monetária e o domínio do intelecto estão intrinsecamente vinculados. Eles partilham uma atitude que vê como prosaico o lidar com homens e coisas; e, nesta atitude, uma justiça formal frequentemente se combina com uma dureza desprovida de consideração. A pessoa intelectualmente sofisticada é indiferente a toda a individualidade genuína, porque dela resultam relacionamentos e reações que não podem ser exauridos com operações lógicas. Da mesma maneira, a individualidade dos fenômenos não é comensurável com o princípio pecuniário. O dinheiro se refere unicamente ao que é comum a tudo: ele pergunta pelo valor de troca, reduz toda qualidade e individualidade à questão: quanto? Todas as relações emocionais íntimas entre pessoas são fundadas em sua individualidade, ao passo que, nas relações racionais, trabalha-se com o homem como com um número, como um elemento que é em si mesmo indiferente. Apenas a realização objetiva, mensurável, é de interesse. Assim, o homem metropolitano negocia com seus fornecedores e clientes, seus empregados domésticos e frequentemente até com pessoas com quem é obrigado a ter intercâmbio social. Estes aspectos da intelectualidade contrastam com a natureza do pequeno círculo, em que o inevitável conhecimento da individualidade produz, da mesma forma inevitavelmente, um tom mais cáldo de comportamento, um comportamento que vai além de um mero balanceamento objetivo de serviços e retribuição. Na esfera da psicologia econômica do pequeno grupo, é importante que, sob condições primitivas, a produção sirva ao cliente que solicita a mercadoria, de modo que o produtor e o consumidor se conheçam. A metrópole

moderna, entretanto, é provida quase que inteiramente pela produção para o mercado, isto é, para compradores inteiramente desconhecidos, que nunca entram pessoalmente no campo de visão propriamente dito do produtor. Através dessa anonimidade, os interesses de cada parte adquirem um caráter impiedosamente prosaico; e os egoísmos econômicos intelectualmente calculistas de ambas as partes não precisam temer qualquer falha devida aos imponderáveis das relações pessoais. A economia do dinheiro domina a metrópole; ela desalojou as últimas sobrevivências da produção doméstica e a troca direta de mercadorias; ela reduz diariamente a quantidade de trabalho solicitado pelos clientes. A atitude que poderíamos chamar *prosaicista* está obviamente tão intimamente inter-relacionada com a economia do dinheiro, que é dominante na metrópole, que ninguém pode dizer se foi a mentalidade intelectualística que primeiro promoveu a economia do dinheiro ou se esta última determinou a primeira. A maneira metropolitana de vida é certamente o solo mais fértil para esta reciprocidade, ponto que documentarei pela mera citação do que foi dito por um dos mais eminentes historiadores constitucionais ingleses: ao longo de todo o curso da história inglesa, Londres nunca funcionou como o coração da Inglaterra, mas frequentemente como seu intelecto e sempre como sua bolsa de dinheiro!

Em certos traços aparentemente insignificantes, que se situam sobre a superfície da vida, as mesmas correntes psíquicas se unificam caracteristicamente. A mente moderna se tornou mais e mais calculista. A exatidão calculista da vida prática, que a economia do dinheiro criou, corresponde ao ideal da ciência natural: transformar o mundo num problema aritmético, dispor todas as partes do mundo por meio de fórmulas matemáticas. Somente a economia do dinheiro chegou a encher os dias de tantas pessoas com pesar, calcular, com determinações numéricas, com uma redução de valores qualitativos a quantitativos. Através da natureza calculativa do dinheiro, uma nova precisão, uma certeza na definição de identidades e diferenças, uma ausência da ambigüidade nos acordos e combinações surgiram nas relações de elementos vitais — tal como externamente esta precisão foi efetuada pela difusão universal dos relógios de bolso. Entretanto, as condições da vida metropolitana são simultaneamente causa e efeito dessa característica. Os relacionamentos e afazeres do metropolitano típico são habitualmente tão variados e complexos que, sem a mais estrita pontualidade nos compromissos e serviços, toda a estrutura se romperia e cairia num caos inextrincável. Acima de tudo,

esta necessidade é criada pela agregação de tantas pessoas com interesses tão diferenciados, que devem integrar suas relações e atividades em um organismo altamente complexo. Se todos os relatórios de Berlim se pusessem a funcionar em sentidos diferentes, ainda que apenas por uma hora, toda a vida econômica e as comunicações da cidade ficariam transtornadas por longo tempo. Acresce a isto um fator que aparentemente não é mais do que externo: as longas distâncias fariam com que toda a espera e os compromissos rompidos resultassem numa perda de tempo de conseqüências altamente nocivas. Assim, a técnica da vida metropolitana é inimaginável sem a mais pontual integração de todas as atividades e relações mútuas em um calendário estável e impessoal. Aqui, novamente, as conclusões gerais de toda a presente tarefa de reflexão se tornam óbvias, a saber, que, de cada ponto da superfície da existência — por mais intimamente vinculados que estejam à superfície — pode-se deixar cair um fio de prumo para o interior das profundezas do psiquismo, de tal modo que todas as exterioridades mais banais da vida estão, em última análise, ligadas às decisões concernentes ao significado e estilo de vida. Pontualidade, calculabilidade, exatidão, são introduzidas à força na vida pela complexidade e extensão da existência metropolitana e não estão apenas muito intimamente ligadas à sua economia do dinheiro e caráter intelectualístico. Tais traços também devem colorir o conteúdo da vida e favorecer a exclusão daqueles traços e impulsos irracionais, instintivos, soberanos que visam determinar o modo de vida de dentro, ao invés de receber a forma de vida geral e precisamente esquematizada de fora. Muito embora tipos soberanos de personalidade, caracterizados pelos impulsos irracionais, não sejam absolutamente impossíveis na grande cidade, eles são, não obstante, opostos à vida típica da grande cidade. O ódio apaixonado de homens como Ruskin e Nietzsche pela metrópole é compreensível nestes termos. Suas naturezas descobriram o valor da vida a sós na existência fora de esquemas, que não pode ser definida com precisão para todos igualmente. Da mesma fonte desse ódio à metrópole brotou o ódio que tinham à economia do dinheiro e ao intelectualismo da existência moderna.

Os mesmos fatores que assim redundaram na exatidão e precisão minuciosa da forma de vida redundaram também em uma estrutura da mais alta impessoalidade; por outro lado, promoveram uma subjetividade altamente pessoal. Não há talvez fenômeno psíquico que tenha sido tão incondicionalmente reservado à metrópole quanto a atitude *blasé*. A atitude *blasé*

resulta em primeiro lugar dos estímulos contrastantes que, em rápidas mudanças e compressão concentrada, são impostos aos nervos. Disto também parece originalmente jorrar a intensificação da intelectualidade metropolitana. Portanto, as pessoas estúpidas, que não têm existência intelectual, não são exatamente *blasé*. Uma vida em perseguição desregrada ao prazer torna uma pessoa *blasé* porque agita os nervos até seu ponto de mais forte reatividade por um tempo tão longo que eles finalmente cessam completamente de reagir. Da mesma forma, através da rapidez e contraditoriedade de suas mudanças, impressões menos ofensivas forçam reações tão violentas, estirando os nervos tão brutalmente em uma e outra direção, que suas últimas reservas são gastas; e, se a pessoa permanece no mesmo meio, eles não dispõem de tempo para recuperar a força. Surge assim a incapacidade de reagir a novas sensações com a energia apropriada. Isto constitui aquela atitude *blasé* que, na verdade, toda criança metropolitana demonstra quando comparada com crianças de meios mais tranqüilos e menos sujeitos a mudanças.

Essa fonte fisiológica da atitude *blasé* metropolitana é acrescida de outra fonte que flui da economia do dinheiro. A essência da atitude *blasé* consiste no embotamento do poder de discriminar. Isto não significa que os objetos não sejam percebidos, como é o caso dos débeis mentais, mas antes que o significado e valores diferenciais das coisas, e daí as próprias coisas, são experimentados como destituídos de substância. Elas aparecem à pessoa *blasé* num tom uniformemente plano e fosco; objeto algum merece preferência sobre outro. Esse estado de ânimo é o fiel reflexo subjetivo da economia do dinheiro completamente interiorizada. Sendo o equivalente a todas as múltiplas coisas de uma e mesma forma, o dinheiro torna-se o mais assustador dos niveladores. Pois expressa todas as diferenças qualitativas das coisas em termos de "quanto?". O dinheiro, com toda sua ausência de cor e indiferença, torna-se o denominador comum de todos os valores; arranca irreparavelmente a essência das coisas, sua individualidade, seu valor específico e sua incomparabilidade. Todas as coisas flutuam com igual gravidade específica na corrente constantemente em movimento do dinheiro. Todas as coisas jazem no mesmo nível e diferem umas das outras apenas quanto ao tamanho da área que cobrem. No caso individual, esta coloração, ou antes descoloração, das coisas através de sua equivalência em dinheiro pode ser diminuta ao ponto da imperceptibilidade. Entretanto, através das relações das riquezas com os objetos a serem obtidos em troca de dinheiro, talvez mesmo através do caráter

total que a mentalidade do público contemporâneo em toda parte imprime a tais objetos, a avaliação exclusivamente pecuniária de objetos se tornou bastante considerável. As grandes cidades, principais sedes do intercâmbio monetário, acentuam a capacidade que as coisas têm de poderem ser adquiridas muito mais notavelmente do que as localidades menores. É por isso que as grandes cidades também constituem a localização (genuína) da atitude *blasé*. Com a atitude *blasé* a concentração de homens e coisas estimula o sistema nervoso do indivíduo até seu mais alto ponto de realização, de modo que ele atinge seu ápice. Através da mera intensificação quantitativa dos mesmos fatores condicionantes, essa realização é transformada em seu contrário e aparece sob a adaptação peculiar da atitude *blasé*. Nesse fenômeno, os nervos encontram na recusa a reagir a seus estímulos a última possibilidade de acomodar-se ao conteúdo e à forma da vida metropolitana. A autopreservação de certas personalidades é comprada ao preço da desvalorização de todo o mundo objetivo, uma desvalorização que, no final, arrasta inevitavelmente a personalidade da própria pessoa para uma sensação de igual inutilidade.

Na medida em que o indivíduo submetido a esta forma de existência tem de chegar a termos com ela inteiramente por si mesmo, sua autopreservação em face da cidade grande exige dele um comportamento de natureza social não menos negativo. Essa atitude mental dos metropolitanos um para com o outro, podemos chamar, a partir de um ponto de vista formal, de reserva. Se houvesse, em resposta aos contínuos contatos externos com inúmeras pessoas, tantas reações interiores quanto as da cidade pequena, onde se conhece quase todo mundo que se encontra e onde se tem uma relação positiva com quase todos, a pessoa ficaria completamente atomizada internamente e chegaria a um estado psíquico inimaginável. Em parte esse fato psicológico, em parte o direito a desconfiar que os homens têm em face dos elementos superficiais da vida metropolitana, tornam necessária nossa reserva. Como resultado dessa reserva, freqüentemente nem sequer conhecemos de vista aqueles que foram nossos vizinhos durante anos. E é esta reserva que, aos olhos da gente da cidade pequena, nos faz parecer frios e desalmados. Na verdade, se é que não estou enganado, o aspecto interior dessa reserva exterior é não apenas a indiferença, mas, mais freqüentemente do que nos damos conta, é uma leve aversão, uma estranheza e repulsão mútuas, que redundarão em ódio e luta no momento de um contato mais próximo, ainda que este tenha sido provocado. Toda a organização interior de uma vida comunicativa tão

extensiva repousa sobre uma hierarquia extremamente variada de simpatias, indiferenças e aversões de natureza tanto a mais breve quanto a mais permanente. A esfera de indiferença nesta hierarquia não é tão grande quanto poderia parecer superficialmente. Nossa atividade psíquica ainda reage a quase toda impressão de outra pessoa com uma sensação de alguma forma distinta. O caráter inconsciente, fluido e mutável dessa impressão parece resultar em um estado de indiferença. Na verdade, tal indiferença seria exatamente tão antinatural quanto a difusão de uma sugestão mútua indiscriminada seria insuportável. A antipatia nos protege de ambos esses perigos típicos da metrópole, a indiferença e a sugestibilidade indiscriminada. Uma antipatia latente e o estágio preparatório do antagonismo prático efetuam as distâncias e aversões sem as quais esse modo de vida não poderia absolutamente ser mantido. A extensão e composição desse estilo de vida, o ritmo de sua aparição e desaparecimento, as formas em que é satisfeito tudo isso, com os motivos unificadores no sentido mais estreito, formam o todo inseparável do estilo metropolitano de vida. O que aparece no estilo metropolitano de vida diretamente como dissociação na realidade é apenas uma de suas formas elementares de socialização.

Essa reserva, com seu tom exagerado de aversão oculta, aparece, por seu turno, sob a forma ou a capa de um fenômeno mais geral da metrópole: confere ao indivíduo uma qualidade e quantidade de liberdade pessoal que não tem qualquer analogia sob outras condições. A metrópole volta a uma das maiores tendências de desenvolvimento da vida social como tal, a uma das poucas tendências para as quais pode ser descoberta uma fórmula aproximadamente universal. A primeira fase das formações sociais encontradas nas estruturas sociais históricas bem como contemporâneas é a seguinte: um círculo relativamente pequeno firmemente fechado contra círculos vizinhos, estranhos ou sob qualquer forma antagonísticos. Entretanto, esse círculo é cerradamente coerente e só permite a seus membros individuais um campo estreito para o desenvolvimento de qualidades próprias e movimentos livres, responsáveis. Grupos políticos e de parentesco, associações partidárias e religiosas começam dessa forma. A autopreservação de associações muito jovens requer o estabelecimento de limites estritos e uma unidade centrípeta. Portanto, não podem permitir a liberdade individual e desenvolvimento interior e exterior próprios. Desse estágio, o desenvolvimento social procede simultaneamente em duas direções diferentes, ainda que correspondentes. À medida que o grupo cresce — numericamente,

especialmente, em significado e conteúdo de vida — na mesma medida, a unidade direta, interna, do grupo se afrouxa e a rigidez da demarcação original contra os outros é amaciada através das relações e conexões mútuas. Ao mesmo tempo, o indivíduo ganha liberdade de movimento, muito para além da primeira delimitação ciumental. O indivíduo também adquire uma individualidade específica para a qual a divisão de trabalho no grupo aumentado dá tanto ocasião quanto necessidade. O Estado e o cristianismo, corporações e partidos políticos e inúmeros outros grupos se desenvolveram de acordo com essa fórmula, por mais que, naturalmente, as condições e forças especiais dos respectivos grupos tenham modificado o esquema geral. Tal esquema me parece distintamente reconhecível também na evolução da individualidade no interior da vida urbana. A vida de cidade pequena na Antiguidade e na Idade Média erigiu barreiras contra o movimento e as relações do indivíduo no sentido do exterior e contra a independência individual e a diferenciação no interior do ser individual. Essas barreiras eram tais que, diante delas, o homem moderno não poderia respirar. Mesmo hoje em dia, um homem metropolitano que é colocado em uma cidade pequena sente uma restrição semelhante, ao menos, em qualidade. Quanto menor é o círculo que forma nosso meio e quanto mais restritas aquelas relações com os outros que dissolvem os limites do individual, tanto mais ansiosamente o círculo guarda as realizações, a conduta de vida e a perspectiva do indivíduo e tanto mais prontamente uma especialização quantitativa e qualitativa romperá a estrutura de todo o pequeno círculo.

A antiga *polis*, neste respeito, parece ter tido o próprio caráter de uma cidade pequena. A constante ameaça à sua existência em mãos de inimigos de perto e longe teve como resultado uma estrita coerência quanto aos aspectos políticos e militares, uma supervisão do cidadão pelo cidadão, um ciúme do todo contra o individual, cuja vida particular era suprimida a um tal grau que ele só podia compensar isto agindo como um déspota em seu próprio domínio doméstico. A tremenda agitação e excitação, o colorido único da vida ateniense, podem ser talvez compreendidos em termos do fato de que um povo de personalidades incomparavelmente individualizadas lutava contra a pressão constante, interna e externa, de uma cidade pequena desindividualizante. Isto produziu uma atmosfera tensa, em que os indivíduos mais fracos eram suprimidos e aqueles de naturezas mais fortes eram incitados a pôr-se à prova da maneira mais apaixonada. É precisamente por isso que floresceu em Atenas o que deve ser chamado,

sem ser exatamente definido, de “o caráter humano geral” no desenvolvimento intelectual de nossa espécie. Pois sustentamos a validade tanto fatural quanto histórica da seguinte conexão: os conteúdos e formas de vida mais extensivos e mais gerais estão intimamente ligados aos mais individuais. Eles têm um estágio preparatório em comum, isto é, encontram seu inimigo nas formações e agrupamentos estreitos, a manutenção dos quais coloca a ambos em um estado de defensiva contra a expansão e a generalidade que jazem fora e a individualidade de livre movimento que há dentro. Tal qual na era feudal, o homem “livre” era o que permanecia sob a lei da terra, isto é, sob a lei da órbita social maior, e o homem não-livre era aquele cujo direito derivava meramente do círculo estreito de uma associação feudal e era excluído da órbita social maior — assim, hoje o homem metropolitano é “livre” em um sentido espiritualizado e refinado, em contraste com a pequenez e preconceitos que atrofiaram o homem de cidade pequena. Pois a reserva e indiferença recíprocas e as condições de vida intelectual de grandes círculos nunca são sentidas mais fortemente pelo indivíduo, no impacto que causam em sua independência, do que na multidão mais concentrada na grande cidade. Isso porque a proximidade física e a estreiteza de espaço tornam a distância mental mais visível. Trata-se, obviamente, apenas do reverso dessa liberdade, se, sob certas circunstâncias, a pessoa em nenhum lugar se sente tão solitária e perdida quanto na multidão metropolitana. Pois aqui como em outra parte, não é absolutamente necessário que a liberdade do homem se reflita em sua vida emocional como conforto.

Não são apenas o tamanho imediato da área e o número de pessoas que, em função da correlação histórica universal entre o aumento do currículo e a liberdade pessoal interior e exterior, fizeram da metrópole o local da liberdade. É antes transcendendo essa expansão visível que qualquer cidade dada se torna a sede do cosmopolitismo. O horizonte da cidade se expande de uma maneira comparável ao modo pelo qual a riqueza se desenvolve; um certo volume de propriedade cresce de modo semi-automático em progressão sempre mais rápida. Tão logo um certo limite tenha sido ultrapassado, as relações econômicas, pessoais e intelectuais da população, a esfera da predominância intelectual da cidade sobre sua zona não-urbana crescem como em progressão geométrica. Cada avanço em extensão dinâmica torna-se um passo correspondente a uma extensão não igual, mas nova e maior. De cada fio que se estende para fora da cidade, sempre novos fios crescem como

que sozinhos, tal como dentro da cidade o aumento imerecido do aluguel de um terreno, através do simples incremento das comunicações, traz ao proprietário proveitos automaticamente crescentes. A esta altura, o aspecto quantitativo da vida é transformado diretamente em traços qualitativos de caráter. A esfera de vida da cidade pequena é, no principal, contida em si mesma e autárquica. Pois é da natureza característica da metrópole que sua vida interior transborde em ondas para uma vasta área nacional ou internacional. Weimar não é um exemplo do contrário, visto que sua significação foi atrelada a personalidades individuais e morreu com elas; ao passo que a metrópole é de fato caracterizada por sua independência essencial até das mais eminentes personalidades individuais. Isso é a contrapartida da independência e é o preço que o indivíduo paga pela independência que desfruta na metrópole. A característica mais significativa da metrópole é essa extensão funcional para além de suas fronteiras físicas. E essa eficácia reage por seu turno e dá peso, importância e responsabilidade à vida metropolitana. O homem não termina com os limites de seu corpo ou a área que compreende sua atividade imediata. O âmbito da pessoa é antes constituído pela soma de efeitos que emana dela temporal e espacialmente. Da mesma maneira, uma cidade consiste em seus efeitos totais, que se estendem para além de seus limites imediatos. Apenas esse âmbito é a verdadeira extensão da cidade, em que sua existência se expressa. Esse fato torna óbvio que a liberdade individual, complemento lógico e histórico de tal extensão, não deve ser entendida apenas no sentido negativo de mera liberdade de mobilidade e eliminação de preconceitos e filistinismo mesquinho. O ponto essencial é que a particularidade e incomparabilidade que, em última análise, todo ser humano possui, sejam de alguma forma expressas na elaboração de um modo de vida. O fato de estarmos seguindo as leis de nossa própria natureza — e isto, afinal, é liberdade — só se torna óbvio e convincente para nós mesmos e para os outros se as expressões dessa natureza diferirem das expressões de outras. Apenas nosso caráter inconfundível pode provar que nosso modo de vida não foi imposto por outros.

As cidades são, em primeiro lugar, sede da mais alta divisão econômica do trabalho. Produzem, portanto, fenômenos tão extremos quanto, em Paris, a ocupação remunerada do *quatorzième*. São pessoas que se identificam por meio de avisos em suas residências e que estão prontas, à hora do jantar, corretamente trajadas, de modo que possam ser rapidamente convocadas, caso um jantar consista em treze pessoas. Na me-

dida de sua expansão, a cidade oferece mais e mais as condições decisivas da divisão de trabalho. Oferece um círculo que, através de seu tamanho, pode absorver uma variedade altamente diversificada de serviços. Ao mesmo tempo, a concentração de indivíduos e sua luta por consumidores compelem o indivíduo a especializar-se em uma função na qual não possa ser prontamente substituído por outro. É um fato decisivo que a vida da cidade transformou a luta com a natureza pela vida em uma luta entre os homens pelo lucro, que aqui não é conferido pela natureza, mas pelos outros homens. Pois a especialização não flui apenas da competição pelo ganho, mas também do fato subjacente de que o vendedor precisa sempre buscar atender a novas e diferenciadas necessidades do consumidor atraído. Para encontrar uma fonte de renda que ainda não esteja exaurida e para encontrar uma função em que não possa ser prontamente substituído, é necessário especializar-se em seus serviços. Esse processo promove a diferenciação, o refinamento e o enriquecimento das necessidades do público, o que obviamente deve conduzir ao crescimento das diferenças pessoais no interior desse público.

Tudo isso forma a transição para a individualização de traços mentais e psíquicos que a cidade ocasiona em proporção a seu tamanho. Há toda uma série de causas óbvias subjacentes a esse processo. Primeiro, a pessoa precisa enfrentar a dificuldade de afirmar sua própria personalidade no campo abrangido pelas dimensões da vida metropolitana. Onde o aumento quantitativo em importância e o dispêndio de energia atingem seus limites, a pessoa se volta para diferenças qualitativas, de modo a atrair, por alguma forma, a atenção do círculo social, explorando sua sensibilidade e diferenças. Finalmente, o homem é tentado a adotar as peculiaridades mais tendenciosas, isto é, as extravagâncias especificamente metropolitanas do maneirismo, capricho e preciosismo. Agora, o significado dessas extravagâncias não jaz absolutamente no conteúdo de tal comportamento, mas antes na sua forma de "ser diferente", de sobressair de forma notável e assim atrair atenção. Para muitos tipos característicos, em última análise o único meio de salvaguardar para si próprio um pouco de autoestima e a consciência de preencher uma posição é indireto, através do conhecimento dos outros. No mesmo sentido, está operando um favor aparentemente insignificante, os efeitos cumulativos do qual são, entretanto, ainda notáveis. Refiro-me à brevidade e escassez dos contatos inter-humanos conferidos ao homem metropolitano, em comparação com o intercâmbio social na pequena cidade. A tentativa a aparecer oportuna-

mente, a surgir concentrado e notavelmente característico, fica muito mais próxima do indivíduo nos breves contatos metropolitanos do que em uma atmosfera em que a associação frequente e prolongada assegura à personalidade uma imagem não ambígua de si mesma aos olhos dos outros.

A razão mais profunda, entretanto, pela qual a metrópole conduz ao impulso da existência pessoal mais individual — sem embargo de quão justificada e bem sucedida — parece-me ser a seguinte: o desenvolvimento da cultura moderna é caracterizado pela preponderância do que se poderia chamar de o "espírito objetivo" sobre o "espírito subjetivo". Isso equivale a dizer que, na linguagem como na lei, na técnica de produção como na arte, na ciência como nos objetos do ambiente doméstico, está incorporada uma soma de espírito. O indivíduo, em seu desenvolvimento intelectual, segue o crescimento intelectual, segue o crescimento desse espírito muito imperfeitamente e a uma distância sempre crescente. Se, por exemplo, contemplarmos a imensa cultura que, durante os séculos, se incorporou às coisas e ao conhecimento, às instituições e às comodidades, e se compararmos tudo isso com o progresso cultural do indivíduo durante o mesmo período — ao menos em grupos de alto *status* — uma desproporção em crescimento assustadora entre os dois se torna evidente. De fato, em alguns pontos notamos um retrocesso na cultura do indivíduo com relação a espiritualidade, delicadeza e idealismo. Essa discrepância resulta essencialmente da crescente divisão de trabalho. Pois a divisão de trabalho reclama do indivíduo um aperfeiçoamento cada vez mais unilateral. E um avanço grande no sentido de uma busca unilateral com muita frequência significa a morte para a personalidade do indivíduo. Em qualquer caso, ele cada vez menos pode equiparar-se ao supercrescimento da cultura objetiva. O indivíduo é reduzido a uma quantidade negligenciável, talvez menos em sua consciência do que em sua prática e na totalidade de seus obscuros estados emocionais derivados de sua prática. O indivíduo se tornou um mero elo em uma enorme organização de coisas e poderes que arrancam de suas mãos todo o progresso, espiritualidade e valores, para transformá-los de sua forma subjetiva na forma de uma vida puramente objetiva. Não é preciso mais do que apontar que a metrópole é o genuíno cenário dessa cultura que extravasa de toda vida pessoal. Aqui, nos edifícios e instituições educacionais, nas maravilhas e confortos da tecnologia da era da conquista do espaço, nas formações da vida comunitária e nas instituições visíveis do Estado, oferece-se uma tão esmagadora inteireza de espírito cristalizado e desper-

sonalizado que a personalidade, por assim dizer, não se pode manter sob o seu impacto. Por um lado, a vida se torna infinitamente fácil para a personalidade na medida em que os estímulos, interesses, empregos de tempo e consciência lhe são oferecidos de todos os lados. Eles conduzem a pessoa como se em uma corrente e mal é preciso nadar por si mesma. Por outro lado, entretanto, a vida é composta mais e mais desses conteúdos e oferecimentos que tendem a desalojar as genuínas colorações e as características de incomparabilidade pessoais. Isso resulta em que o indivíduo apele para o extremo no que se refere à exclusividade e particularização, para preservar sua essência mais pessoal. Ele tem de exagerar esse elemento pessoal para permanecer perceptível até para si próprio. A atrofia da cultura individual através da hipertrofia da cultura objetiva é uma razão para o ódio amargo que os pregadores do mais extremado individualismo, Nietzsche acima de todos, votam à metrópole. Mas é, na verdade, também uma razão por que tais pregadores são tão apaixonadamente amados na metrópole e por que aparecem ao homem metropolitano como os profetas e conhecedores de seus mais insatisfeitos anseios.

Se se perguntar pela posição histórica dessas duas formas de individualismo que se nutrem da relação quantitativa da metrópole, a saber, a independência individual e a elaboração da própria individualidade, então a metrópole assume uma situação relativa inteiramente nova na história mundial do espírito. O século XVIII encontrou o indivíduo preso a vínculos de caráter político, agrário, corporativo e religioso. Eram restrições que impunham ao homem, por assim dizer, uma forma antinatural e desigualdades superadas, injustas. Nessa situação, ergueu-se o grito por liberdade e igualdade, a crença na plena liberdade de movimento do indivíduo em todos os relacionamentos sociais e intelectuais. A liberdade permitiria de imediato que a substância nobre comum a todos viesse à tona, uma substância que a natureza depositara em todo homem e que a sociedade e a história não haviam feito mais do que deformar. Ao lado desse ideal de liberalismo do século XVIII, no século XIX, através de Goethe e do romantismo, por um lado, e através da divisão econômica do trabalho, por outro, outro ideal se levantou: os indivíduos liberados de vínculos históricos agora desejavam distinguir-se um do outro. A escala dos valores humanos já não é constituída pelo "ser humano geral" em cada indivíduo, mas antes pela unicidade e insubstituibilidade qualitativas do homem. A história externa e interna de nosso tempo segue seu curso no interior da luta e nos entrelaçamentos em mudança dessas duas maneiras de definir o papel do indivíduo

no todo da sociedade. É função da metrópole fornecer a arena para este combate e a reconciliação dos combatentes. Pois a metrópole apresenta as condições peculiares que nos são reveladas como as oportunidades e os estímulos para o desenvolvimento de ambas essas maneiras de conferir papéis aos homens. Assim, tais condições adquirem uma posição única, prenes de significados inestimáveis para o desenvolvimento da existência psíquica. A metrópole se revela como uma daquelas grandes formações históricas em que correntes opostas que encerram a vida se desdobram, bem como se juntam às outras igual direito. Entretanto, neste processo, as correntes da vida, quer seus fenômenos individuais nos toquem de forma simpática, quer de forma antipática, transcendem inteiramente a esfera para a qual é adequada a atitude de juiz. Uma vez que tais forças da vida se estenderam para o interior das raízes e para o cume do todo da vida histórica a que nós, em nossa efêmera existência, como uma célula, só pertencemos como uma parte, não nos cabe acusar ou perdoar, senão compreender. *

* O conteúdo desta conferência, por sua própria natureza, não deriva de literatura suscetível de ser citada. A discussão e elaboração de suas principais idéias cultural-históricas estão contidas em minha *Philosophie des Geldes (A Filosofia do Dinheiro)*, Munique e Leipzig, Duncker und Humblot, 1900. (N. do A.)